

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA**

Mario Francisco Moura 2017200530052

**A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL NA ÓTICA DA
GERAÇÃO “Z”**

**São João del-Rei
2018**

MARIO FRANCISCO MOURA

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL NA ÓTICA DA GERAÇÃO “Z”

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientador: Prof. Dr. Renilson Rodrigues da Silva

**São João del-Rei
2018**

MARIO FRANCISCO MOURA

A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL NA ÓTICA DA GERAÇÃO “Z”

Monografia apresentada a Universidade Federal de São João del-Rei como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

APROVADA EM:

Msc. Dryelli Jales Costa (UFSJ)

Prof. Dr. Renilson Rodrigues da Silva (UFSJ)
(Orientador)

RESUMO

A transparência pública é um dos anseios da população frente à Administração Pública, tanto que a Constituição da República do Brasil de 1988 (CRFB/88) os reconhece, e positivam vários artigos programáticos que os garantem, inclusive com status de direito fundamental da pessoa humana. Assim, o presente trabalho visou analisar como a geração “Z” tem percebido a transparência pública municipal; se participa da vida política, bem como se busca e entende as informações publicadas pela Prefeitura Municipal, e se essas informações, para ela, são inteligíveis para toda população. Este trabalho foi realizado na esfera da administração pública, no âmbito da área de abrangência da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves - MG. Para a sua realização foram utilizados documentos públicos, consultas à página digital da prefeitura do município mencionado e aplicação de questionários a uma amostra da geração “Z”, alunos do ensino médio da Escola Estadual Coronel Xavier Chaves/MG. Para a análise realizou-se uma pesquisa exploratória do tipo quantitativo-descritiva, quando foi aplicado um questionário com questões objetivas aos alunos da escola mencionada. Considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%, foi realizado um teste-piloto com três questionários e após foram aplicados 90 questionários. De posse dos dados, procedeu-se a análise, verificação, codificação e tabulação desses. Verificou-se que 81% dos respondentes possuem algum conhecimento acerca da transparência pública, sendo que a maioria utiliza a internet como ferramenta para buscar informações sobre transparência pública. 56% dos respondentes afirmaram ter acessado o site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves – MG, sendo que a maioria, 57%, afirmou que não compreende facilmente as informações disponíveis no site da Prefeitura. Através dos resultados obtidos, constatou-se que embora os órgãos públicos estejam em consonância com as leis que regulamentam a transparência pública, a geração Z não consegue compreender com facilidade as informações públicas disponíveis. Ficou constatado também que a geração Z não exerce efetivamente a cidadania através do voto, mas se interessa por transparência pública e acredita que possam ocorrer mudanças em sua vida através daquela. Neste contexto se faz necessário fomentar, cada vez mais, a temática transparência pública a fim de contribuir para uma mudança de paradigma através da conscientização e da inclusão.

Palavras-chave: Acesso à Informação; Pesquisa Pública; Prestação de Contas; Tecnologias.

ABSTRACT

Public transparency is one of the aspirations of the population to the public administration, so much so that the Constitution of the Republic of Brazil of 1988 (CRFB / 88) recognizes and affirms several programmatic articles that guarantee them, including the status of the fundamental right of the human person. In this sense, the present work had as objective to analyze how the generation “Z”, have perceived the municipal public transparency; if they participate in political life; as well if they seek and understand the information published by the City Hall; and if this information, for them, is intelligible to the entire population. This work was carried in the sphere of public administration, in scope of the comprehensiveness area of the City Hall of Coronel Xavier Chaves – MG. For its accomplishment were used public documents, site search of the city hall mentioned and application of questionnaires to a sample of the generation "Z", high school students at the Coronel Xavier Chaves State School-MG. For the analysis was made an exploratory research of the quantitative-descriptive type, when it was applied a questionnaire with objective questions for the students of said school. Considering a sampling error of 5% and a confidence level of 95%, a pilot test was carried out with three questionnaires and after 90 questionnaires were applied. In possession of the data, proceeded the analysis, verification, coding and tabulation of the data. It was verified that 81% of respondents have some knowledge about public transparency, being that the majority uses the internet as a tool to seek information about public transparency. Of the respondents, 56% said they already had accessed the website of the City Hall of Coronel Xavier Chaves – MG, being that the majority, 57%, said he did not easily understand the information available on the City hall website. Through the results obtained, It was found that, although public bodies are in compliance with the laws governing public transparency, the generation Z can not easily understand the public information available. It was also noted that Generation Z does not effectively exercise citizenship through vote, but is interested in public transparency and believes that changes in his life can occur through that. In this context it is necessary to foment, increasingly, the theme of public transparency in order to contribute to a paradigm shift through awareness-raising and inclusion.

Key Words: Access to Information; Public Research; Accountability; Technologies.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos respondentes.....	18
Tabela 2 - Informações encontradas no site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves.	22

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Sobre transparência pública.	19
Gráfico 2- Meios de comunicações.	20
Gráfico 3- Respondentes que já acessaram o site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves.	21
Gráfico 4- Você considera transparência pública importante?.....	22
Gráfico 5- Todas as informações disponíveis no site da Prefeitura são de fácil compreensão.	23
Gráfico 6- Pesquisados acreditam que podem ocorrer mudanças na sua vida através da transparência pública.	24
Gráfico 7- Respondentes e cidadania através do voto.	25

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	MARCO TEÓRICO	10
2.1	Geração “Z”	10
2.2	Fundamentos jurídicos	11
2.3	Transparência Pública	12
	<i>2.3.1 Lei de Acesso a Informação, Lei 12.527/2011</i>	13
	<i>2.3.2 Lei de Responsabilidade Fiscal- LC 101/2000</i>	14
2.4	Do município de Coronel Xavier Chaves	14
2.5	A Escola Estadual Coronel Xavier Chaves	15
3	METODOLOGIA	16
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	18
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
	REFERÊNCIAS	27
	APÊNDICE A – Questionário da Pesquisa	31

1 INTRODUÇÃO

A população brasileira cada vez mais tem clamado por transparência das autoridades e/ou instituições públicas, e a mídia veicula constantemente o descaso desses em relação à prestação de contas e a ocorrência de várias manifestações daquela na luta por transparência e maior efetividade da gestão pública.

Embora, subtende-se que essa luta seria desnecessária, haja vista a existência de normas formais que regulamentam a transparência pública como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88), que determina aos gestores públicos a prestarem contas, a dar publicidade de seus atos, além da Lei de Acesso a Informação Pública, Lei Federal nº 12.527/2011 e a Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000. No artigo 37 da CRFB/88 se encontra positivado de forma clara e objetiva os cinco princípios norteadores da Administração Pública, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos quais todos os atos daquela devem estar em consonância com estes.

De forma estrita, o princípio da legalidade estabelece que a Administração Pública só esta autorizada a fazer aquilo que esteja determinado em lei. Segundo Sawitzki et. al. (2011), a administração pública é uma ciência diretamente vinculada ao Estado. Cabendo aos gestores públicos agir em acordo com as leis, pois eles nada mais são que funcionários públicos, portanto obrigados a fazer aquilo que a lei determina e não aquilo que ela não proíbe como acontece na esfera particular.

Diante de tal obrigatoriedade, a Administração Pública direta e indireta bem como seus órgãos, além de respeitar o princípio da legalidade, devem observar todos os demais como o da impessoalidade. Nesse, o gestor público deve tratar todos de forma isonômica e não vincular a sua imagem pessoal as obras executadas pela administração. Na moralidade significa que os agentes públicos devam ser probos, honestos. O princípio da publicidade determina que os gestores públicos devem dar publicidade de seus atos como prestação de contas, gestão, programas, licitações, projetos, metas, indicadores e contratos e que tal publicação deve ocorrer de forma a garantir o acesso a todos, inclusive dos portadores de deficiência e publicado em sítio da rede mundial de computadores. Por fim dos princípios explícitos, a eficiência, que determina uma prestação de serviço público com maior qualidade e com menor custo para Administração Pública. Ressalta-se que ainda há previsão de vários

outros princípios atinentes a Administração Pública, os denominados princípios implícitos, como exemplo a supremacia do interesse público.

Outro fato relevante se deve ao fato da constante busca pela melhoria na prestação de serviços públicos, da constante evolução da sociedade e da necessidade do Estado acompanhar e responder a tais anseios de forma rápida e satisfatória.

Nesse sentido, surgiu a faculdade dos adolescentes, a partir dos dezesseis anos e menores de dezoito anos, participarem da vida política do país, conforme está positivado no artigo 14 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Adolescentes esses que pertencem à geração “Z”, geração que desde o nascimento, à partir da década dos anos noventa, tinham a disposições tecnologias como internet, telefones celulares, tablets entre outras.

Partindo desse contexto, a realização deste trabalho se justifica, pois se buscou analisar qual a percepção da transparência pública municipal para a geração “Z”, pessoas nascidas a partir da década de noventa e, que tinham a sua disposição tecnologias como o telefone celular, o computador e a internet, alunos da geração digital, alunos do ensino médio da Escola Estadual Coronel Xavier Chaves, com faixa etária compreendida entre 16 anos aos 18 anos de idade, e conforme disposto pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ano de 2013, a escola obteve uma das melhores notas do país.

Além disso, ressalta-se a relevância do trabalho com os alunos visto que Ribeiro (2016), afirmou que o uso da internet para acessar notícias e redes sociais por jovens até 25 anos de idade vem aumentando cada vez mais; e que as pesquisas de mídia da secretária de Comunicação Social da Presidência da República verificou que 67% desses confirmaram tal prática; e também pelo fato de que esses alunos em tese podem ser considerados os mais capacitados e qualificados para buscar informações públicas nos meios digitais em comparação com as gerações passadas.

2 MARCO TEÓRICO

2.1 Geração “Z”

A definição de geração “Z” é bastante ampla e pode ser definida levando em consideração diversos aspectos como biológicos, históricos, sociológicos entre outros. Segundo o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2014), geração, s.f, do latim generatio onis, é ato de gerar ou de ser gerado; função pela qual os seres organizados se reproduzem; concepção. Intervalo de tempo que separa cada grau de filiação: etapa da descendência natural que deve ser seguida por outra; qualquer fase necessária para manter a sobrevivência de uma espécie.

Para Schmidt (2001, p. 88, apud VELHO, 1986), geração pode ser entendida como sendo o grupo de todos os membros de uma sociedade; grupo dos descendentes do mesmo progenitor ou progenitores; indivíduos nascidos aproximadamente em épocas comuns; lapso de tempo entre os nascidos na mesma época e sua família.

Seguindo nessa linha de pensamento, Groppo (2000) asseverou que as gerações eram entendidas como uma forma social, uma representação sociocultural concebida pelas pessoas de determinados grupos para justificar certos comportamentos e atitudes desempenhados por eles e comum ao grupo.

Já autores Oliveira et al.(2011), consideraram apenas a época do nascimento do indivíduo para classificar a geração a que este pertence, para eles os indivíduos nascidos depois do ano de 1978 seriam da geração Y.

Enquanto Pinho et al. (2011), consideraram além dos limites temporais dos indivíduos, o avanço tecnológico afetos ao modo de vida destes e os classificaram como membros da geração Y todos os nascidos entre 1977 e 1994.

Nesse sentido Filho & Lemos (2008) apontaram os integrantes da Geração Digital ou Geração Z, como sendo os indivíduos nascidos depois de meados dos anos 80.

Já Zemke et al. (2000) inovaram, pois utilizaram o modelo de classificação baseado no período de nascimento do indivíduo combinados com outros requisitos, como a tecnológica ou do conhecimento, o uso do computador, da internet, do telefone celular, dos valores da época, dos gostos, crenças, comportamentos e atitudes, a forma como cada grupo analisa o mundo e como se relaciona com o trabalho.

Diante das definições apresentadas pode-se definir a geração Z como sendo aquela composta por indivíduos nascidos a partir de 1995 e que já dispunham de tecnologias como internet, aparelhos de telefones celulares, computadores, tablets, redes sociais, televisores inteligentes, inteligência artificial, robótica entre outros.

A letra “Z” conforme Kämpf (2011) esclareceu, originou-se do inglês “Zap”, que traduzido para o português zapear. Ambas se referem ao modo rápido de alternância de canais de rádios ou TV, através de um controle remoto, a fim de se encontrar alguma coisa agradável para ouvir ou assistir, ou simplesmente por costume.

Assim, torna-se relevante a forma de vida da geração Z, haja vista que o avanço tecnológico tem lhes proporcionado cada vez mais a otimização e as inúmeras possibilidades de interação, o que ocorre também na Administração Pública. Como exemplo a exteriorização do sufrágio universal através do voto realizado através de urnas eletrônicas, a vigência de normas positivas que normatizam e limita o poder estatal, além de possuir previsão legal disposto no art.14 § 1º, II, C, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que faculta aos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos o alistamento eleitoral e ao voto.

2.2 Fundamentos jurídicos

No ordenamento jurídico brasileiro existe uma hierarquia das normas, onde a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) ocupa o vértice, conforme assim esclarece Kelsen (1949), que criou a pirâmide Kelseniana, onde o jurista austríaco estabeleceu que a CRFB/88 ocuparia o topo da pirâmide e que todas as demais leis seriam inferiores e retirariam seus fundamentos de validade nessa lei superior. Por isso, Direito Constitucional Penal, Direito Constitucional Administrativo, Direito Constitucional Civil e assim por diante.

A CRFB/88 é conhecida como Magna Carta, ou Carta Mãe, e pode ser classificada como uma Constituição dirigente, haja vista, possuir normas de eficácia plena, normas de eficácia contida, normas de eficácia limitada e normas de eficácia programática, o que justifica tal classificação.

Conforme ensina Moraes (2003), as normas de eficácia plena são aquelas normas que ao entrarem em vigor, por si só, já produzem todos os efeitos jurídicos pretendidos pelo legislador, ou seja, não precisam de qualquer complemento. Por exemplo, quando a CRFB em

seu art.18§1º, determina que Brasília é a capital Federal do Brasil. Enquanto as normas de eficácia contida são as que ao entrarem em vigor com a constituição estão aptas a produzir todos os seus efeitos, porém podem ser restringida pelo Poder Público. Exemplo, art.5º, inciso III, da CF/88, que dispõe ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendidas aos requisitos que a lei estabelecer. Verifica-se que desde a promulgação da constituição é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, exceto para aqueles em que a lei restringir como no caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que exige não só a qualificação profissional como a aprovação no exame da OAB como condição para exercer o ofício de advogado. Já as normas de eficácia limitada são aquelas que dependem no futuro de complementação, regulamentação, para produzirem todos os seus efeitos, exemplo art.37, inciso VII, da CF/88, que trata do direito de greve dos servidores públicos que será regulada por lei complementar, porém esta ainda não existe.

Por fim, a norma programática, conforme salientou Miranda (1990) são aquelas não autoexecutáveis, que tem como destinatário principal o legislador que deverá editar normas formais, desenvolver programas sociais, com o objetivo de efetivar um direito do cidadão disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, como por exemplo, o direito a saúde.

Baseado nesses ensinamentos verifica-se que a Magna Carta possui normas não auto executáveis, as normas programáticas, que necessitam de complementação legislativa para serem aplicadas. Esta é a fundamentação, as diretrizes, para construção de políticas públicas, como as normas afetam a transparência pública.

2.3 Transparência Pública

A transparência pública é uma obrigação do Poder Público, conforme previsão legal elencada no art.37 da Carta Mãe, que expressa os princípios explícitos da Administração Pública, sendo eles: a Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Martins Júnior (2010) afirma que a publicidade é um dos princípios administrativos mais importantes, pois obriga a Administração Pública à transparência, à exposição de todos os atos administrativos praticados. Pois somente assim os cidadãos poderão legitimar a vontade da administração e participar de forma efetiva na gestão pública.

Observa-se que não há espaço para discricionariedade, conforme ensinado por Kelsen (1949), todas as leis vigentes no Brasil devem se subordinar, buscar fundamentação, se vincular a CRFB/88. Neste contexto que, surgiram as leis que tratam especificamente da transparência pública, conforme Lei de Acesso a Informação (LAI) e da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

2.3.1 Lei de Acesso a Informação, Lei 12.527/2011

O surgimento da Lei de Acesso a Informação (LAI), Lei 12.527/2011, se originou, se fundamentou em uma norma de eficácia programática, o art. 5º, XXXIII, da CRFB/88 que estabelece o direito a todos de receber informações da Administração Pública conforme:

Art. 5º

[...] XXXIII- Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988, s.p.).

A Lei de Acesso a Informação estabeleceu que todos os órgãos e entidades públicas, incluindo as prefeituras, devessem optar pela transparência ativa, ou seja, a obrigação de publicar na página digital do órgão na internet informações de interesse geral e coletivo.

O artigo 8º da LAI elenca um rol mínimo exemplificativo das informações a serem publicados nas páginas desses órgãos na internet, são eles:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o **caput**, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade. (BRASIL, 1988, s.p.).

Essa lei também determina que os órgão e entidades públicas viabilizem o acesso as informações públicas não publicadas na página da internet e por isso, determina a criação de

um ponto de contato entre o setor público e a sociedade, o denominado Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme disposto no art.9º da Lei.

2.3.2 Lei de Responsabilidade Fiscal- LC 101/2000

A Lei Complementar (LC 101/2000) estabelece sobre normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, a qual se fundamentou no art. 163 da CRFB/88, norma de eficácia plena.

A LRF é uma norma que objetiva o controle das contas públicas, a qual determina aos gestores públicos a fazer um planejamento prévio para ser executado por um período de quatro anos, o Plano Plurianual (PPA), que traçará os objetivos, as metas, as despesas de capital, as diretrizes, entre outras, de forma a possibilitar uma continuação dos serviços públicos.

Ressalta-se que esse plano deverá ser votado pelo legislativo para se tornar lei. Dessa lei que contém diretrizes e metas traçadas e aprovadas é que originará a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que, por sua vez fundamentará a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Dessa forma, Salles (2010) afirma que a LRF é um instrumento muito relevante para a retomada da contas públicas, haja vista a realização do planejamento transparente da gestão pública e a vinculação do gasto público com o planejado.

A divulgação da prestação de contas com a discriminação da arrecadação e das despesas públicas são obrigações asseguradas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, a Lei Complementar 131/2009 acrescentou dispositivos a LC 101/2000, como os artigos 48-A, 73-A, 73-B e 73-C, que obrigam os órgãos e entes públicos a fornecerem informações a qualquer pessoa, tanto jurídica quanto física, em tempo real na rede mundial de computadores.

2.4 Do município de Coronel Xavier Chaves

O município de Coronel Xavier Chaves no ano de 1912 foi distrito de Tiradentes, e se chamava São Francisco Xavier. Mas, em 1943 foi realizado um abaixo assinado no intuito de

alterar o nome para “Canoas”, nome de uma fazenda vizinha, porém por um equívoco, registrou-se “Coroas”, como ainda é conhecida na região circunvizinhas.

A emancipação ocorreu na data de 31 de dezembro de 1962, pela Lei 2764/1962, quando o município foi denominado Coronel Xavier Chaves.

Tal município possui uma extensão territorial de 141 quilômetros quadrados (Km²) e está situado aproximadamente a uma distância de 190 quilômetros (Km) de Belo Horizonte e 15 Km de São João Del Rei, na zona das Vertentes. O município tem como prefeito o senhor Fúlvio Olimpio de Oliveira Pinto. Possui como atividade econômica predominante a agropecuária, tem uma população estimada pelo censo do IBGE (2017) em 3.471 habitantes, integra o roteiro turístico da Estrada Real (Circuito Trilha dos Inconfidentes). Possui uma banda de música municipal, vários artesões, duas escolas sendo a Escola Municipal Sebastião Patrício Pinto, responsável pelos anos iniciais de ensino fundamental e a Escola Estadual Coronel Xavier Chaves responsável pelos anos finais do ensino fundamental, pelo ensino médio e cursos técnicos.

2.5 A Escola Estadual Coronel Xavier Chaves

Fundada em 18 de maio de 1908, possui a missão de educar seus alunos para vida. Ela obteve no ano de 2013 o prêmio por ter um dos melhores Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Atualmente o educandário tem como etapas de ensino: o ensino fundamental - anos finais, o ensino médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), cursos técnicos em administração e informática e possui um total de 405 alunos.

A escola disponibiliza aos alunos boas condições para o aprendizado como estrutura física e tecnológica bastante adequada com internet, computadores, quadras de esportes entre outros equipamentos tudo acessível aos alunos.

O estabelecimento de ensino é gerido pela diretora escolar, senhora Benedita Isabel Maia Pinto, e esta localizada na Rua Cônego Ottoni Carlos, 48, centro de Coronel Xavier Chaves, Minas Gerais.

3 METODOLOGIA

Este trabalho foi realizado na esfera da administração pública, no âmbito da área de abrangência da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves - MG. Para a sua realização foram utilizados documentos públicos, consultas à página digital da prefeitura do município mencionado e aplicação de questionários a uma amostra da geração “Z”, alunos do ensino médio da Escola Estadual Coronel Xavier Chaves/MG. A pesquisa foi realizada com aplicação de questionário em uma amostra de 90 alunos em um universo de cento e dezesseis alunos do ensino médio da Escola Estadual Coronel Xavier Chaves, com faixa etária compreendida dos 16 aos 18 anos, dados esses fornecidos pela direção da escola.

Assim, caracteriza-se em uma pesquisa de campo, pois nos permite trabalhar com uma considerável variedade de evidências *v.g.*, documentos, artefatos, entrevistas e observações (YIN, 1989; NEUMAN, 1997; GIL, 2000).

Do mesmo modo, Fonseca (2002) asseverou que, a pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações através de coleta de dados junto às pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa *ex-post-facto*, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.), além da pesquisa bibliográfica e/ou documental.

Consoante a isso, a coleta de dados foi realizada através de questionários estruturados não disfarçados, por amostras não aleatórias, por livre julgamento dos alunos, considerando um erro amostral de 5% e um nível de confiança de 95%, sendo aplicados 90 questionários.

O tamanho da amostra foi calculado através da fórmula:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{(N - 1) \cdot e^2 + Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)} \quad (1)$$

de acordo com Fonseca & Martins (1996), onde:

n = A amostra calculada;

N = Tamanho do universo (116);

Z = É o desvio do valor médio aceito para alcançar o nível de confiança desejado.

Nível de confiança 95% -> $Z=1,96$ (valor determinado que é dado pela forma da distribuição de Gauss);

e = Erro amostral, margem de erro máximo admitida (p.e. 5%);

p = Verdadeira probabilidade do evento, 50%, visto que não há nenhuma informação sobre o valor a ser encontrado.

Ressalta-se que foi realizado um teste-piloto com três questionários a fim de verificar, previamente, se as questões eram compreensíveis, se a ordem estava bem determinada e qual o tempo gasto para respostas.

Após a coleta dos dados, respeitados todos os critérios, procederam-se a análise, verificação, codificação e tabulação dos dados.

Para Mattar (1996), verificação consiste em analisar se todas as questões foram respondidas, se o respondente interpretou corretamente as questões, e se existe coerência nas respostas.

A tabulação consistiu em organizar os dados em tabelas, e analisá-los por processo de técnica de análise estatística. Neste trabalho foi realizada tabulação eletrônica, onde cada questão foi recriada em tabelas no Excel, o que possibilitou a elaboração de gráficos e tabelas para a análise dos resultados, conforme dispostos nos resultados e discussões.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O questionário de pesquisa foi aplicado aos alunos do ensino médio da Escola Estadual coronel Xavier Chaves, entre aqueles maiores de 16 anos. Do total de 116 alunos foi considerada uma amostra de 90 questionários, permitindo assim uma confiabilidade de 95%. As perguntas foram estruturadas com o objetivo de conhecer o perfil dos pesquisados (Tabela 1) e sobre seu entendimento acerca de transparência pública municipal, conforme modelo de questionário aplicado em anexo. Ressalta-se que as respostas foram dadas livremente de acordo com entendimento de cada um dos respondentes.

Tabela 1 - Perfil dos respondentes.

Perfil dos respondentes		
1- Orientação sexual?		
masculino	44	49%
feminino	44	49%
Outras	2	2%
2- Qual sua idade?		
16 anos	40	44%
17 anos	33	37%
18 anos	17	19%
3- Qual a renda mensal familiar? Favor considerar a soma dos rendimentos de todos os moradores.		
menos de 1 salário mínimo	10	11%
1 salário mínimo	22	24%
de 2 a 5 salários mínimos	53	59%
mais de 06 salários mínimos	5	6%
4- Qual a sua escolaridade?		
1º ano do Ensino Médio	36	40%
2º ano do Ensino Médio	28	31%
3º ano do Ensino Médio	26	29%
5- Qual a escolaridade da mãe?		
Analfabeta	2	2%
Ensino Fundamental incompleto	35	39%
Ensino Fundamental completo	18	20%
Ensino Médio incompleto	1	1%
Ensino Médio completo	23	26%
Ensino Superior incompleto	3	3%
Ensino Superior completo	8	9%
Outras especializações	0	0%
6- Qual a escolaridade do pai?		
Analfabeto	9	10%
Ensino Fundamental incompleto	26	29%
Ensino Fundamental completo	22	24%
Ensino Médio incompleto	4	4%
Ensino Médio completo	19	21%
Ensino Superior incompleto	2	2%
Ensino Superior completo	4	4%
Outras especializações	4	4%

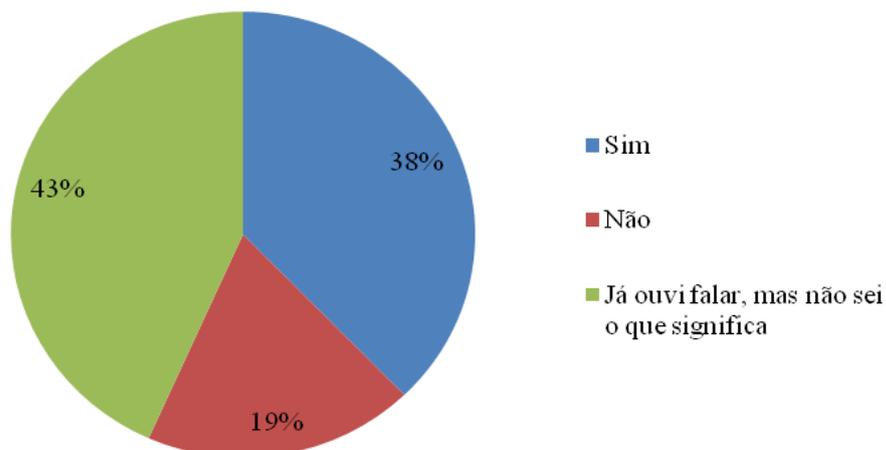
Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

Os resultados dispostos na tabela 1 demonstram que a renda mensal per capita familiar de 56% dos respondentes é de 2 a 5 salários mínimos e que a escolaridade da maioria dos pais deles é o ensino fundamental incompleto, 39% das mães e 29% dos pais.

Destaca-se que o salário mínimo atual é de novecentos e cinquenta e quatro reais (R\$954,00), e o resultado encontrado pode ser explicado pelo fato de que o questionário aplicado não previa a alternativa de 1 a 2 salários mínimos, sendo assim, pode ter ocorrido um arredondamento por parte dos respondentes. Dessa forma, houve uma incompatibilidade entre os resultados encontrados com os dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Estatística, (IBGE). Pois, o rendimento mensal familiar per capita da população residente no Brasil, especialmente em Minas Gerais, é de mil duzentos e vinte e quatro reais (R\$1.224,00), conforme dados publicados pelo IBGE (2017). Segundo este, o cálculo do rendimento domiciliar per capita é calculado considerando o rendimento bruto, em termos nominais, de todos os rendimentos dos moradores do domicílio, também sendo considerados além dos rendimentos de trabalho, os de outras fontes como pensão e empregados domésticos. O resultado apresentado referente ao nível de escolaridade dos pais dos pesquisados, se justifica pela possibilidade de existir um nexo de causalidade entre a atividade econômica do município e os anos de escolaridade. Visto que, conforme publicação da Agência de Notícias do IBGE (2012), de 3,9 milhões de proprietários rurais pesquisados, 82% deles eram analfabetos ou não tinham completado o ensino fundamental.

Analisada o perfil dos respondentes torna-se importante verificar se eles sabem ou já ouviram falar sobre transparência pública (Gráfico 1).

Gráfico 1- Sobre transparência pública.

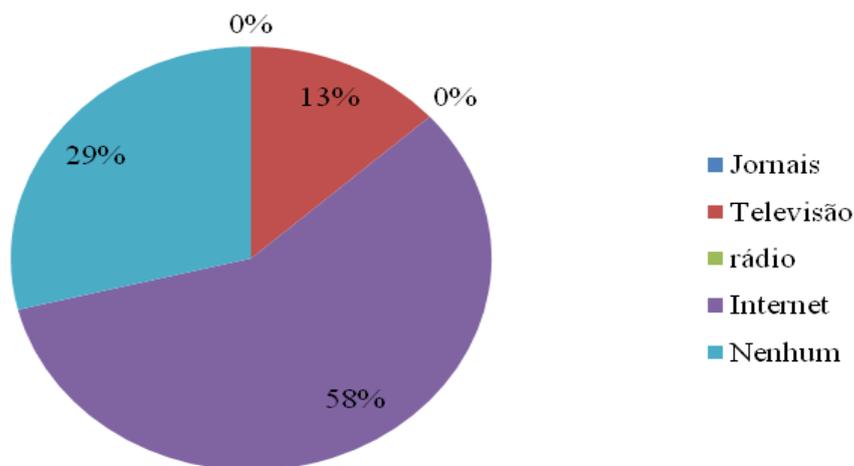


Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

Conforme disposto no Gráfico 1, a maioria dos respondentes, 43%, já ouviram falar a respeito de transparência pública, mas não sabem o que significa, 38% sabem o que é transparência pública e 19% não sabem e nunca ouviram falar sobre transparência pública. Tal resultado pode ser atribuído pelo fato de que o tema transparência pública ser bastante atual, haja vista, ter sido muito veiculado nas mídias pelo últimos acontecimentos ocorridos no meio político brasileiro, e devido ao aumento do interesse e acesso ao portal da Transparência da Controladoria Geral da União CGU (2016), que segundo publicações desse órgão afirmam que o interesse por transparência pública tem aumentado a cada ano, tanto que em 2016 houve um recorde de acesso.

Conhecido algumas questões básicas como o perfil dos respondentes e o interesse deles por transparência pública é indispensável que se conheça os meios de comunicação utilizados para buscar essas informações, (Gráfico 2).

Gráfico 2- Meios de comunicações.



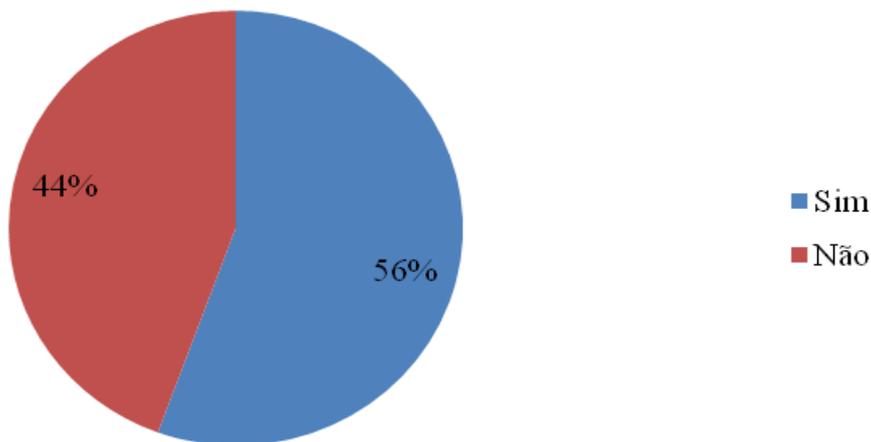
Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

Verifica-se através deste, que 58% dos questionados utilizam a internet como ferramenta para buscar informações acerca da transparência pública, e outros 13% utilizam a televisão. Já 29% daqueles não utilizam quaisquer dos meios de comunicação sugeridos.

Tal resultado é corroborado por Peci et. al.(2008), que em seu trabalho sobre os princípios que embasam as reformas da gestão pública no nível federal, ressaltaram o papel essencial que a internet desempenha na propagação de informações e oferta de serviços à população.

Analisado o meio pelos quais os respondentes obtêm informações, há de verificar se estes alguma vez já acessaram o site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG (Gráfico 3).

Gráfico 3- Respondentes que já acessaram o site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

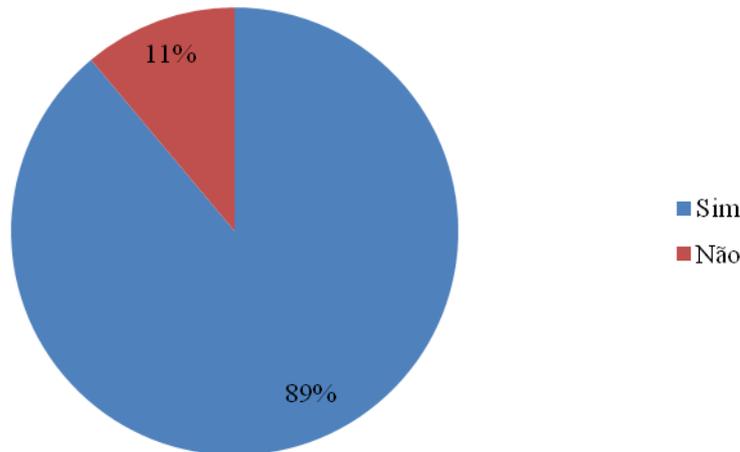
Ressalta-se que nesse tópico, objetivou-se verificar entre os respondentes a porcentagem deles que já acessaram o site da prefeitura mencionada, independente do motivo que ensejou esse acesso, se de caráter de gestão pública ou busca de informações paralelas. Consoante demonstrado no gráfico 3, a maioria dos participantes respondeu ter acessado o site da prefeitura em tela, 56%. Enquanto 44% deles afirmaram que nunca acessaram o site em questão.

As respostas encontradas se justificam pela ocorrência do avanço tecnológico, pela facilidade, incentivo e disponibilidade de informações públicas à disposição da população.

Nesse mesmo sentido, Oliveira (2009), afirma que a construção de processos de interatividade entre a Gestão Pública e a sociedade se deve ao avanço da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) aliada ao avanço da Gestão Pública.

Na sequência buscou-se analisar se os participantes consideram a transparência pública importante (Gráfico 4).

Gráfico 4- Você considera transparência pública importante?



Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

O Gráfico 4 apresenta que a maioria dos respondentes consideram transparência pública importante, 89%, enquanto 11% são contrários a essa assertiva.

A justificativa desse resultado tão expressivo pode ser encontrada no artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pois a transparência na gestão pública é uma obrigação constitucional, um direito fundamental do indivíduo.

Sabedores da importância da transparência pública para os pesquisados há a necessidade de verificar as informações encontradas no site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves-MG (Tabela 2).

Tabela 2 - Informações encontradas no site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves.

11- Você encontrou no site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG endereços e telefones das respectivas unidades de atendimento ao público?		
Sim	46	51%
Não	44	49%
12- Você encontrou no site da Prefeitura informações pertinentes à administração do patrimônio público?		
Sim	40	44%
Não	50	56%
13- Você encontrou informações sobre os horários de atendimento ao público?		
Sim	51	57%
Não	39	43%

Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

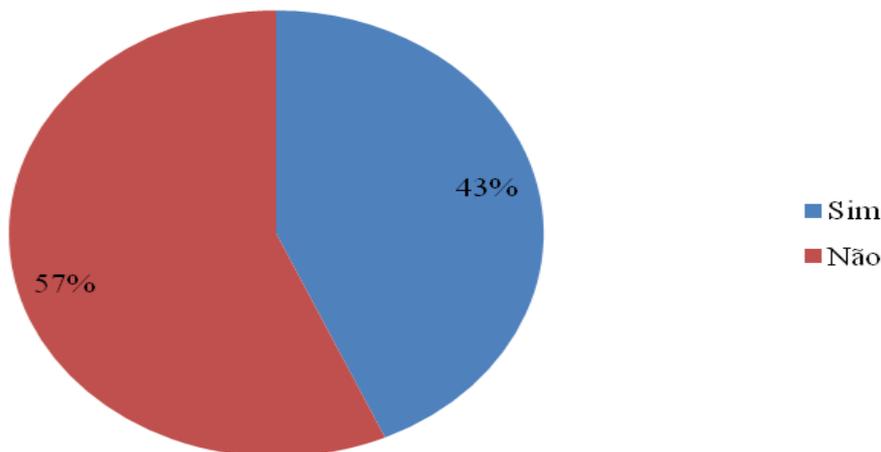
A Tabela 2 apresenta que os pesquisados encontraram no site da Prefeitura Municipal informações sobre endereços, telefones das unidades de atendimento ao público, bem como os horários de atendimento ao público, sendo 51% e 57% respectivamente. Porém 56% deles não encontraram informações a cerca da administração do patrimônio publico.

Do exposto, verifica-se que o site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves atende aos requisitos mínimos exigidos no artigo 8º da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso a Informação (LAI), o que justifica o resultado da maioria ter encontrado aquelas informações.

A despeito de a maioria não encontrar informações pertinentes à administração do patrimônio público, pode ser atribuída ao fato da transparência pública ser seletiva e exigir certo nível de escolaridade por parte daquele que vislumbra tais informações, especialmente as de cunho fiscal e financeiro. Nesse sentido, Silva (2001), afirma que a sociedade brasileira em geral não possui a qualificação necessária para exercer o devido controle social do Estado.

Assim sendo, buscou-se analisar se todas as informações disponíveis no site da Prefeitura são de fácil compreensão para os respondentes e suas famílias, (Gráfico 5).

Gráfico 5- Todas as informações disponíveis no site da Prefeitura são de fácil compreensão.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

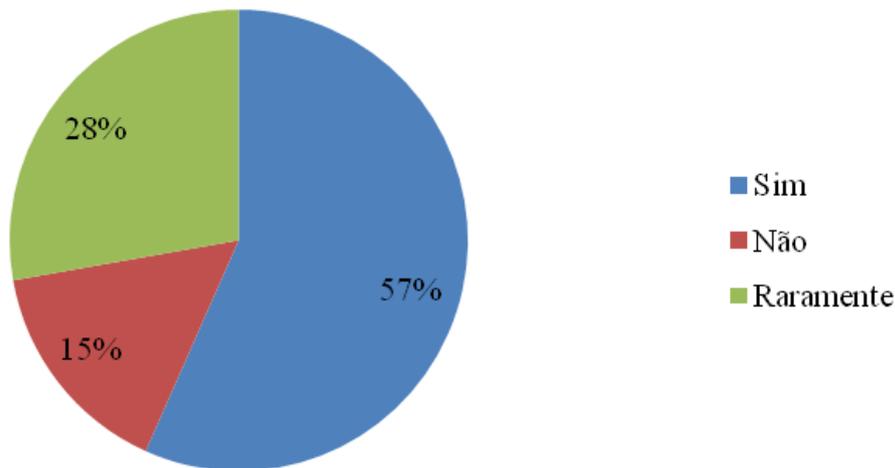
O Gráfico 5 demonstra em seus resultados que 57% não compreendem facilmente as informações disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, já os outros 43% julgam as compreender com facilidade.

A justificativa para esse resultado se deve ao fato de que no Brasil a discussão sobre transparência da Gestão Pública se regula pela Lei de Acesso a Informação e pela Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Dessa forma, o artigo 48 da LRF determina que os órgãos públicos devam apresentá-las de forma ampla, inclusive pela internet, os instrumentos de planejamento orçamentário, de prestação de contas, pareceres e demais relatórios referentes a gestão fiscal. Porém, isso não significa que seja uma publicação puramente dos dados e sim uma informação trabalhada que seja de fácil compreensão de todos os cidadãos. Nesse sentido, Cruz e Ferreira (2008) afirmaram que é possível observar a

dificuldade dos cidadãos em assimilar as informações dos atos da administração pública por diversos fatores, como a falta de transparência dos órgãos públicos, do grau e da forma como ocorre o acesso do usuário.

A fim de complementar a pesquisa buscou-se verificar se os pesquisados acreditam que podem ocorrer mudanças na sua vida através da transparência pública (Gráfico 6).

Gráfico 6- Pesquisados acreditam que podem ocorrer mudanças na sua vida através da transparência pública.

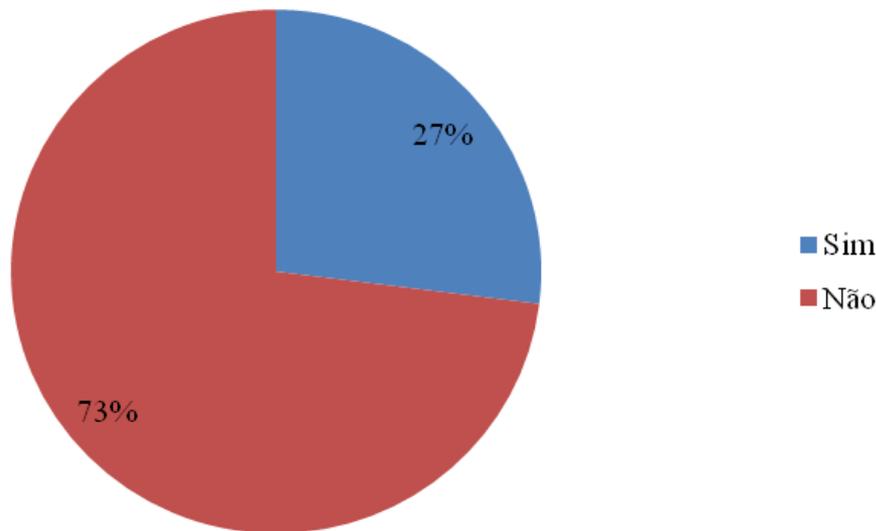


Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

O resultado apresentado no gráfico 6 demonstra que 57% dos pesquisados acreditam que pode ocorrer mudanças em sua vida através da transparência pública. Enquanto 28% raramente acredita na mudança em suas vidas provocada pela transparência pública e, apenas 15% consideram que não possibilidade de mudança através daquela. Segundo Evangelista (2010), se os cidadãos conseguirem de forma efetiva acompanhar e participar da gestão pública, a margem para corrupção tenderá a diminuir e conseqüentemente haverá um ganho na qualidade de vida da população.

Por fim, cabe verificar se os respondentes exerceram cidadania através do voto (Gráfico 7).

Gráfico 7- Respondentes e cidadania através do voto.



Fonte: Dados da pesquisa de campo, junho de 2018.

O resultado apresentado no Gráfico 7 demonstra que apenas 27% dos pesquisados exerceu cidadania através do voto, enquanto 73% deles não o fizeram. Tal resultado se justifica pelo fato de que o público pesquisado possui idade compreendida entre 16 e 18 anos. Assim, aqueles com idade de 16 e 17 anos, não votaram e atualmente não são obrigados a votar, pois possuem apenas a faculdade de exercê-la, enquanto os demais com idade de 18 anos já são obrigados a votar. Fato este corroborado nas eleições de 2016, quando apenas 3,3% do eleitorado que exerceu a cidadania através do voto pertenciam à faixa etária compreendida dos 16 aos 18 anos de idade, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos resultados verificou-se que embora a Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves esteja em consonância com as leis que regulamentam a transparência pública, parte da geração Z, alunos do ensino médio da Escola Estadual Coronel Xavier Chaves, não consegue compreender com facilidade as informações públicas. Constatou-se assim que a transparência pública ainda é seletiva e exige certo nível de escolaridade por parte daquele que vislumbra tais informações, especialmente as de cunho fiscal e financeiro. Verificou-se também que grande parte dos respondentes não exerce efetivamente a cidadania através do voto, devido ainda possuir a faculdade de votar e acredita que possam ocorrer mudanças em suas vidas através da transparência pública. Neste contexto, observou-se a grande importância de fomentar a temática transparência pública junto aos jovens, para que esta possa deixar de ser considerada seletiva, e da necessidade de se realizar trabalhos educativos a fim de conscientizar a população de seu papel na sociedade, contribuindo para uma mudança de paradigma, quando aqueles deixarão de ficar apenas no interesse, passivos, e passarão de forma efetiva exercitar seus direitos com clareza e responsabilidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988), Constituição da República Federativa da Brasil.17. Ed. Brasília: Congresso Nacional, acessado em março de 2018.

BRASIL. In: ENGEPR 2011. João Pessoa – Paraíba. Anais do 3º EnGPR. Rio de Janeiro: AnPAD, 2011.

BRASIL. Lei 12.527 (2011), Lei de Acesso a Informação. Ed. Brasília: Congresso Nacional, acesso em março de 2018.

BRASIL. Lei de Acesso a Informação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em junho de 2018.

CGU. Controladoria Geral da União. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/noticias/2017/01/portal-da-transparencia-do-governo-federal-registra-recorde-de-acessos-em-2016>>. Acesso em julho 2018.

CRUZ, Cláudia F. da; FERREIRA, Araceli C. de S. Transparência na elaboração, execução e Prestação de contas do orçamento municipal: um estudo em um município brasileiro. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5543>> Acesso em Junho de 2018.

EVANGELISTA, Lúcio. Controle Social versus transparência Pública: uma questão de cidadania. Disponível em: < http://www.cge.pr.gov.br/arquivos/File/Transparencia_e_Acesso_a_Informacao/controlesocialxtransparencia.PDF> Acesso em junho de 2018.

FERREIRA, A.B.H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 5. ed. Curitiba/PR: Positivo, 2014.

FILHO, João F.; LEMOS, João F. de. Imperativos de conduta juvenil no século XXI: a “Geração digital” na mídia impressa brasileira. Comunicação, mídia e consumo São Paulo vol. 5 n 13 pag. 11-25, julho de 2008.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONSECA, J.S.; MARTINS, G.A. Curso de estatística. 6.ed.São Paulo : Atlas, 1996. 320p.

GIL, A. C. (2000). Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. (3ªed.). São Paulo: Atlas.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20154-ibge-divulga-o-rendimento-domiciliar-per-capita-2017>> Acesso em setembro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14300-asi-retratos-do-brasil-rural-modernizacao-da-agropecuaria-contrasta-com-baixa-escolaridade>> Acesso em setembro de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014>> Acesso em junho de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015> Acesso em junho de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40> Acesso em junho de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/nupcialidade-e-fecundidadel>> Acesso em junho de 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2014>> Acesso em junho de 2018..

IBGE.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Renda_domiciliar_per_capita/Renda_domiciliar_per_capita_2015> Acesso em junho de 2018..

IBGE.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.com.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40> Acesso em junho de 2018.

IBGE.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/nupcialidade-e-fecundidadel>> Acesso em junho de 2018.

IDEB. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em junho de 2018.

KÄMPF, Cristiane. A geração Z e o papel das tecnologias digitais na construção do pensamento com ciência [online] 2011, n.131. p.0.0. Reportagem. ISSN 1519.7654. Disponível em:<<http://consiciencia.org.br/pdf/cci/n131/a/04n131.pdf>>. Acesso em junho de 2018.

KELSEN, Hans. General theory of law State. Londres: Harvard University Press, 1949.

MARTINS JÚNIOR, W. P. Transparência administrativa: publicidade, motivação e participação popular. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. 4. ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1990. 4 t.

MORAES, Alexandre de Direito constitucional / Alexandre de Moraes. - 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2003.

NEUMAN, W. L. (1997). Social Research Methods.Qualitative and Quantitative Approaches. 3. ed. Needham Heights, MA: Allyn& Bacon.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha de; PICCININI, Valmíria Carolina; BITENCOURT, Betina Magalhães. Juventudes, Gerações e Trabalho: (re)situando a discussão sobre a Geração Y no Brasil. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302012000300010>. Acesso em junho de 2018.

PECI, A; PIERANTI, O. P.; RODRIGUES, S.; Governança e new public management: convergências e contradições no contexto brasileiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/osoc/v15n46/02.pdf> >. Acesso em: junho de 2018.

PINHO, Magda S.; MARTENS, Cristina D. P.; LEITE, Nildes R. P. Estudos sobre a produção científica pautada na geração y: uma meta-análise. In: Anais do 3º EnGPR, 2011.

RIBEIRO, L. Quais são as redes sociais mais usadas no Brasil. 2016. Disponível em: < <http://marketingdeconteudo.com/redes-sociais-mais-usadas-no-brasil/>>, Acesso em junho de 2018.

SALLES, H. M. Gestão democrática e participativa. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.

SAWITZKI, R. C., CALLEGARO, R. L. S., BARRETO, P. R. Controle gerencial da frota municipal através de um sistema de informação gerencial: estudo de caso em uma prefeitura do Rio Grande do Sul. XIV Seme Ad Seminários em administração, 2011.

SCHMIDT, J. P. Juventude e política no Brasil: a socialização política dos jovens na virada no milênio. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SILVA, Francisco Carlos da Cruz. “Controle Social : reformando a administração para a sociedade”. In: Brasil. Tribunal de Contas da União. Prêmio Serzedello Corrêa 2001, monografias vencedoras : perspectivas para o controle social e a transparência da administração pública. Brasília : TCU, Instituto Serzedello Corrêa, 2002. p. 21-71.

TSE, Tribunal Superior Eleitoral. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>> .Acesso em: junho de 2018.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. California: SagePublications, 1989.

ZEMKE, R; RAINES, C; FILIPCZAK, B. Choque de gerações. Executive Digest, Lisboa, n. 65. mar. 2000. Disponível em: <http://www.centroatl.pt/edigest/edicoes2000/ed_mar/ed65cef-capa.html>. Acesso em 2018.

APÊNDICE A – Questionário da Pesquisa

O presente questionário é parte de um trabalho de conclusão de curso de pós-graduação em gestão Pública. Sua participação é de suma importância. Esclareço que as informações coletadas por meio deste são confidenciais, por isso solicito que responda com a máxima sinceridade. Muito Obrigado.

- 1- Orientação sexual?
 masculino feminino outras
- 2- **Qual** sua idade?
 16 anos 17 anos 18 anos
- 3- **Qual** a renda mensal familiar? Favor considerar a soma dos rendimentos de todos os moradores.
 menos de 1 salário mínimo 1 salário mínimo de 2 a 5 salários mínimos mais de 06 salários mínimos
- 4- **Qual** a sua escolaridade?
 1º ano do ensino médio 2º ano do ensino médio
 3º ano do ensino médio
- 5- **Qual** a escolaridades da mãe?
 analfabeto Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo Nível Médio incompleto Nível Médio completo
 Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo
 outras especializações
- 6- Qual escolaridade do pai?
 analfabeto Ensino Fundamental incompleto Ensino Fundamental completo
 Nível Médio incompleto Nível Médio completo
 Ensino Superior incompleto Ensino Superior completo
 outras especializações
- 7- Você sabe, ou já ouviu falar, sobre transparência pública?
 sim não já ouvi falar, mas não sei o que significa
- 8- Qual(is) do(s) meio(s) de comunicação citado abaixo você utiliza para buscar informações sobre transparência pública?
 jornais televisão rádio internet nenhum
- 9- Você alguma vez já acessou o site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG?
 sim não
- 10- Você considera a transparência pública importante?
 sim não
- 11- Você encontrou no site da Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves/MG endereços e telefones das respectivas unidades de atendimento ao público?
 sim não
- 12- Você encontrou informações pertinentes à administração do patrimônio público?
 sim não
- 13- Você encontrou informações sobre os horários de atendimento ao público?
 sim não
- 14- Na sua opinião, todas as informações disponíveis no site da prefeitura são de fácil compreensão para você e sua família?
 sim não
- 15- Você acha que pode ocorrer mudanças na sua vida através da transparência pública?
 sim não raramente
- 16- Você exerceu cidadania através do voto?
 sim não